

# Os cursos de Max Weber

Economia política geral ou teórica (1894-1898)\*

Knut Borchardt

Tradução de Paulo Astor Soethe

## Introdução

Por muito tempo a literatura sobre Max Weber mencionou *en passant* o fato de ele haver sido professor de economia política. Ademais, ele praticamente não era levado em conta na dita história dogmática da economia política, exceto pela menção ocasional de sua posição na assim chamada controversia acerca dos juízos de valor. Apenas em tempos recentes isso mudou. Discutiu-se em especial sobre a justeza ou não de se referir a Weber como economista político. Cabe ao avanço dos trabalhos da *Obra completa de Max Weber* o mérito de ter chamado atenção para esse problema. Exemplar, nesse sentido, é o volume 5 da seção I da MWG, que contém os escritos e discursos sobre bolsas de valores, praticamente desconhecidos até então. Esses textos revelam Max Weber como um especialista em mercado financeiro, em leitura válida até hoje.

O debate sobre Weber como economista político ganhou um impulso especial nos anos de 1990 com a impressão fac-similar, pela editora Mohr Siebeck, de dois cadernos encontrados no espólio de Marianne Weber havia pouco tempo (cf. Weber, 1990). Um dos cadernos, o “Grundriss zu den Vorlesungen über Allgemeine (‘theoretische’) Nationalökonomie” [Esboço para os cursos de economia política geral (“teórica”)], continha a estruturação bastante detalhada do curso, associada a uma lista bibliográfi-

\* Neste texto comentarei o volume 1 da seção III da MWG, dedicado à memória do professor Mommsen, que sofreu um acidente fatal em 2004 e não pôde concluir a edição. O volume, no entanto, tem essencialmente a configuração fixada por Mommsen. Cabe referir-me expressamente a um artigo publicado após sua morte (cf. Mommsen, 2004).

ca abrangente; o outro caderno, um texto acabado intitulado “Erstes Buch. Die begrifflichen Grundlagen der Volkswirtschaftslehre” [Livro primeiro. Os fundamentos conceituais da economia política]. O organizador e a editora consideraram o achado tão importante que não quiseram esperar até que os textos fossem publicados na seção III da MWG prevista para a edição do conjunto das anotações manuscritas dos cursos de Weber. Na ocasião, contava-se que os trabalhos editoriais para a publicação dos cursos demandariam ainda “alguns anos”. De fato, a publicação demandou ainda mais tempo que o previsto, em razão das grandes dificuldades impostas pela edição desses materiais.

Porém, a publicação prévia dos cadernos, por si só, já desencadeou diversas reflexões sobre o teor das lições de Max Weber sobre economia política<sup>1</sup>. Não se pode nem cabe aqui fazer um balanço detalhado sobre o fato de que, a partir da publicação das longas listas bibliográficas em Weber (1990) (o autor indica, entre outras, obras de W. St. Jevons, A. Marshall e L. Walras), tiraram-se conclusões ocasionalmente muito abrangentes quanto à familiaridade de Max Weber com teoria econômica produzida em sua época. Ademais, a impressionante defesa de Weber em favor do uso da teoria “abstrata”, demonstrada no modelo do *homo oeconomicus*, pareceu despertar em leitores do “Livro primeiro” grandes expectativas em face do conteúdo teórico do curso como um todo.

Desde o lançamento em 2009 do volume 1 da seção III da MWG intitulado “Economia política geral (‘teórica’). Cursos 1894-1898”, por fim tornou-se possível aprofundar o tema “Max Weber como economista político” – ao menos no que tange aos anos do autor em Freiburg e Heidelberg – a partir da recuperação de um grande número de anotações que ele fez para esses cursos. A edição não apenas coloca à disposição do público textos desconhecidos, mas também – tal como ocorre em outros volumes da MWG – ajuda a compreender melhor, por meio de explanações na introdução e nos relatos editoriais, a gênese dos textos publicados, assim como seu contexto biográfico e histórico-científico.

Em primeiro lugar, é interessante chamar atenção para os problemas específicos levantados pela edição dos manuscritos de Max Weber para esses cursos. Eles exigiram soluções bastante especiais, como os de nenhum outro volume anterior da MWG. É preciso conhecê-los, para poder trabalhar corretamente com os conteúdos da seção III da MWG.

1. Por exemplo, ver Tribe (1995, pp. 80-94), Swedberg (1998, pp. 186 ss.).

## Os problemas específicos de edição resultantes das anotações legadas por Weber

Max Weber, logo após completar 30 anos, em 1894, foi nomeado professor titular de economia política e finanças da Universidade de Freiburg. Ali, e depois em Heidelberg, ministrou, até 1898, seis vezes cursos de economia política geral ou teórica. Destes, ao contrário do que ocorre com seus outros cursos, não dispomos de quaisquer anotações de alunos, nem durante as aulas nem depois de sua assistência. Por outro lado, temos um grande número de anotações de próprio punho de Weber, feitas para preparar os cursos.

As notas consistem em palavras-chave; raramente são frases com formulação completa, há apenas alguns poucos trechos de frases; e tudo permeado por abreviaturas. A escrita de Weber já é difícil de ler quando dirigida a um destinatário, que se dirá no caso dessas anotações para os cursos, quando ele não precisava levar o outro em consideração, já que estavam destinadas somente para ele próprio? Por serem anotações muito breves – apenas ordenam a matéria bastante diversa, com um uso permanente de abreviações e siglas –, é provável que tenham sido feitas somente um pouco antes das aulas.

Após a morte de Weber, durante longo tempo, uma quantidade muito grande desses manuscritos permaneceu em posse de sua viúva. Em 1943, Marianne Weber cedeu parte deles em depósito ao Arquivo Secreto Estatal Prussiano (atualmente Arquivo Secreto Estatal do Patrimônio Cultural Prussiano). Outra parte tornou-se propriedade da Biblioteca Estatal da Baviera, por intermédio do professor Eduard Baumgarten, sobrinho-neto de Max Weber. Nesse acervo também se encontra, entre os materiais dos cursos de economia política geral ou teórica, uma longa série de folhas com as anotações feitas por Weber para um curso ministrado em 1896 sobre a “história da economia política”.

A decifração desses manuscritos permeados de palavras-chave e notas breves exigiu dos colaboradores da edição não apenas familiaridade – que só se adquire com muita prática – com a caligrafia de Max Weber, mas também conhecimentos consideráveis da produção alemã acerca da economia política por volta de 1900. Sem uma boa noção do que Weber poderia ter dito em determinado trecho, não teriam sido poucas as palavras-chave indecifráveis, sobretudo quando abreviadas. Entretanto, com poucas exceções, os textos puderam ser decifrados.

Uma tarefa de edição bastante diversa das realizadas até então em outros volumes da MWG decorreu do fato de que os materiais encontrados nos

arquivos não estavam ordenados cronologicamente ou sistematizados segundo algum critério. Embora não tenha sido possível distinguir através do trabalho de decifração os seis cursos ministrados por Max Weber, é provável que boa parte desse material recuperado tenha sido utilizada nos últimos deles. Por ora, precisa permanecer em aberto se essas anotações foram feitas especialmente para esses cursos, ou se Weber as usou repetidamente como base de seus cursos.

No que se refere às razões pelas quais os acervos referentes a esse curso foram legados de forma tão desordenada só é possível especular. Em primeiro lugar, é evidente que nas pastas há anotações para cursos de semestres diferentes. Ao retomar seus cursos, Weber tinha o costume de incluir novas anotações em folhas já existentes, mas também o de elaborar folhas novas. Como ele não descartava as folhas antigas de maneira sistemática, encontram-se, no acervo, duas, três, às vezes até quatro versões sobre determinados assuntos do curso (embora não necessariamente no mesmo lugar). Nenhuma dessas folhas é datada. Também são relativamente poucos os casos em que há pontos de referência objetivos ou formais com os quais se pudessem identificar camadas temporais de folhas ou sequências de folhas referentes à mesma matéria. Mas até nos casos que se tem somente uma versão de anotações sobre a mesma matéria, é comum que as folhas (tematicamente relacionadas) não estejam, nos convolutos, próximas umas das outras. Ademais, nem mesmo a estrutura dos cursos como um todo pode ser reconstruída de modo inequívoco com base nas anotações legadas. Muito frequentemente, as marcas de organização feitas por Weber nas diferentes fases de trabalho não combinavam entre si. Também há indícios de que Max Weber, no decorrer dos anos, tenha alterado a estrutura do curso, mas mantido as anotações existentes, utilizando-as em uma ordem diferente.

Infelizmente, como já disse, não chegaram até nós anotações dos estudantes desses cursos, a partir das quais se pudesse extrair, em detalhes, a estrutura e a ordenação da matéria que ele propôs em um ou até mesmo vários desses cursos. Foi um golpe de sorte o fato de se haver encontrado no espólio de Marianne Weber o já mencionado esboço do curso planejado para 1898. Havia ali uma concepção inteira, formulada por extenso. Esse esboço em muito coincidia com indicações presentes nas anotações de Weber quanto à organização de seu curso, mas continha também matérias organizadas de modo diferente – provavelmente derivadas de versões anteriores. O organizador decidiu tomar essa estruturação como base para a edição dos textos; ela estava como que autorizada pela publicação do “Esboço para os cursos

de economia política geral” (cf. Weber, 1990). Assim, a tarefa seguinte, após a decifração de cada uma das folhas do manuscrito, consistiu em ordená-las em livros, parágrafos e trechos de texto, de acordo com a estrutura tomada do “Esboço”. Nem sempre isso foi possível sem que restasse certa dúvida.

E ainda havia a terceira tarefa. Conforme mencionado anteriormente, há frequentemente nesse material diversos textos sobre a mesma matéria. Infelizmente, exceto alguns textos, não há como distinguir as folhas mais antigas das mais recentes, nem mesmo as dos últimos cursos; tampouco se pode distinguir objetivamente, no que diz respeito à relevância, entre as folhas as mais ou menos importantes. Todas as manifestações de Weber sobre os mesmos conteúdos precisaram ser tratadas em pé de igualdade. Mas também era preciso constituir textos legíveis. Por isso Mommsen ordenou todas as anotações de Weber segundo critérios de forma e de conteúdo, em uma, duas ou três sequências paralelas de textos, de modo a poder apresentar as folhas de maneira sinótica, sempre que disponíveis versões diversas.

É preciso deixar claro que não se trata, no caso do material impresso segundo esse critério, de duas ou três “versões” redigidas por Weber, mas sim de sequências textuais constituídas pelo organizador. Na impressão, elas ficaram intituladas em cada página como “Texto 1”, “Texto 2” e “Texto 3”. Com vista ao objetivo de construir um texto minimamente legível, o organizador incluiu no “Texto 1” as considerações mais completas, a cada caso, e as designou “versão mestra”, tanto na “Introdução” como no “Relato editorial”. O conjunto das outras folhas manuscritas sobre a mesma matéria está ordenado de modo a que se possa lê-las em paralelo. É natural que elas causem, via de regra, um efeito mais fragmentário que a “versão mestra”. O organizador ordenou como “Texto 1” o maior número possível de folhas do manuscrito.

Do que se disse até aqui, conclui-se: Embora todos os textos tenham sua origem em Max Weber, as anotações editadas no volume 1 da seção III da MWG não podem ser consideradas uma “obra” de Weber em sentido estrito. *O que está editado é – necessariamente – um construto, uma composição do organizador.* Nesse volume, só se podem considerar como que autorizados por Max Weber os dois originais “Esboço” e “Livro primeiro: os fundamentos conceituais da economia política”, anteriormente publicados em Weber (1990) para distribuição entre os estudantes. De outra parte, o organizador e seus colaboradores, em notas editoriais, documentaram, parágrafo a parágrafo, suas decisões quanto à ordenação das folhas isoladas. Todas as decisões, mesmo as questionáveis, estão expostas e podem ser testadas, em

caso de necessidade, pelos usuários do volume; sugestões para uma outra ordenação também podem ser feitas.

### Particularidades do ensino de economia política na Alemanha por volta de 1900

Wolfgang Mommsen, em sua “Introdução” ao volume 1 da seção III da MWG, fez um relato detalhado do contexto biográfico desses cursos de Max Weber. Ainda que possa ser interessante para alguns leitores conhecer algo acerca das nomeações de Weber como professor em Freiburg e Heidelberg e sobre sua atuação nos anos de 1894-1898, preciso renunciar a isso em virtude das limitações de espaço. Parece-me mais importante aclarar o contexto histórico da disciplina. *Sem o conhecimento do meio acadêmico em que Weber atuou e do estatuto do ensino acadêmico na Alemanha torna-se difícil entender seus cursos de maneira correta.* Esses cursos eram, afinal, tarefas obrigatórias e deviam satisfazer as expectativas dos estudantes. O mais importante é que os leitores desse volume, em especial os estrangeiros, tenham clareza quanto à diferença entre o ensino da economia política<sup>2</sup> na Alemanha daquela época e o de hoje, mas também em relação ao que ocorria na Inglaterra e na França.

Diferentemente do que ocorria nesses dois países – onde, embora houvesse excelentes especialistas na área de economia política, a institucionalização universitária da disciplina restringia-se a iniciativas modestas –, na Alemanha, no final do século XIX, a economia política já era ensinada em todas as universidades do país por professores efetivados. A institucionalização tem suas raízes no início do século XVIII, quando foram criadas cátedras de Ciências da Administração Pública (“Ciências Cameralísticas”). No início, a tarefa dos professores consistia em formar servidores do Estado em assuntos econômicos específicos – e foi assim que continuou sendo no território de língua alemã, em essência, até o início do século XX, não obstante todas as mudanças nos conteúdos dos cursos e na organização do ensino acadêmico. Também os estudantes de Max Weber eram, na maioria, futuros servidores do Estado.

No final do século XIX, em praticamente todas as universidades alemãs, a parte principal do ensino de economia política consistia em três “grandes” cursos (ou seja, com duração de quatro a seis horas) sobre economia política geral ou teórica, economia política prática ou especial e ciência das finanças. Isso também distinguia radicalmente o meio científico alemão na área de economia política daqueles da Inglaterra ou na França. Lá, a eco-

2. Na época, a disciplina era denominada na Alemanha de diversas maneiras. As cátedras eram de “*Politische Ökonomie*”, “*Staatswissenschaften*”, “*Nationalökonomie*” ou “*Volkswirtschaftslehre*”. Max Weber preferia em geral o conceito de “*Nationalökonomie*”, mas também falava – sem reconhecer diferença em momento algum – de “*Volkswirtschaftslehre*”. A tradução desses conceitos para línguas estrangeiras constitui sempre um problema. Na Inglaterra do final do século XIX, utilizava-se – não sem o apoio de Alfred Marshall – *economics* em vez de *political economy*. [Os termos recorrentemente utilizados por Weber e mencionados neste artigo são “*Nationalökonomie*” e “*Volkswirtschaftslehre*”, que foram ambos vertidos para “economia política”, correspondendo ao sentido que Weber e o autor do artigo lhe atribuem. (N. E.)]

nomia política foi cultivada, desde os clássicos, como um objeto unificado já em sua concepção. Isso decerto só foi possível porque, no essencial, a análise se restringia à produção, à circulação e à distribuição em sociedades organizadas segundo a economia de mercado. Em uma teoria dos sujeitos econômicos (que coordenava por meio dos mercados o comportamento de milhões de sujeitos econômicos), era compreensível que não houvesse um lugar sistemático para tratar de problemas teóricos e práticos resultantes, no essencial, das tarefas das corporações públicas. No ensino acadêmico para futuros servidores do Estado, como na Alemanha, porém, o tratamento da atividade do Estado e seus pressupostos tinha um peso muito grande. A tripartição dos grandes cursos tinha a vantagem, além disso, de os estudantes alemães, que costumavam trocar frequentemente de universidade durante os estudos, encontrarem o mesmo esquema de ordenação da matéria em todas as instituições de ensino superior. Na Inglaterra e na França também não havia a necessidade disso. Não obstante, jamais houve na Alemanha uma standardização formal da matéria concreta da disciplina, tampouco dos conteúdos de ensino. Vigia nas universidades alemãs, por princípio, a liberdade de ensino. Contudo, em face da matéria a ser tratada, cristalizaram-se determinadas práticas. Max Weber precisava ater-se a elas de alguma maneira.

Se, em determinado momento, a tarefa da formação especial de servidores do Estado revelou-se tão propícia à institucionalização do ensino de economia nas universidades alemãs, no final do século XIX, ela se tornou particularmente problemática. Nesse período, a demanda dos Estados alemães por estudantes formados na área de economia retrocedeu, porque se deu prioridade a um tipo de alto funcionário com formação preponderantemente jurídica, não interessando se atuariam no serviço judiciário ou administrativo. Ainda assim insistiu-se que mesmo o “jurista unitário” deveria assistir cursos de economia política. Por certo não se atribuía grande premência a essa disciplina na formação de juristas. De todo modo, a economia política continuou sendo disciplina obrigatória de exame para futuros juristas em alguns estados federados alemães, tal como no Grão-ducado de Baden, onde ficavam as universidades de Freiburg e Heidelberg. Max Weber foi membro de comissões examinadoras de estudantes de direito e considerou essa tarefa muito desgastante. Além disso, os ouvintes de seus cursos eram historiadores, agrônomos e teólogos, interessados, pois, em questões econômicas de maneira lateral. Weber teve relativamente poucos estudantes especializados (ouvintes, portanto) com interesse prioritário em cursos de ciências econômicas. Até por volta de 1900 havia poucas opor-

tunidades profissionais para formados apenas em economia. Foi somente depois da virada do século que se iniciou uma discussão mais intensa sobre a conveniência de um perfil profissional específico para economistas e sobre a necessidade de se instituir nas universidades as respectivas carreiras e exames para a concessão de diploma. De fato, isso só ocorreu em 1922. Até então, quem quisesse estudar economia política como matéria principal e pretendesse ter em mãos um certificado tinha como única saída a obtenção do grau de doutor.

A infraestrutura da disciplina nas universidades alemãs também era proporcionalmente reduzida. Quando Max Weber assumiu seu posto em Freiburg, a disciplina de economia política contava, nas vinte universidades do *Reich* alemão, com 28 professores catedráticos e dez professores extraordinários, todos pagos pelo Estado. Além disso, também havia livres-docentes que davam aulas sem um salário fixo e somente recebiam de seus ouvintes os chamados “proventos colegiados”. Mesmo universidades famosas, como Heidelberg, por exemplo, tiveram por longo tempo um único professor. Em Freiburg, no tempo de Weber, havia dois. Diante da especialização ainda incipiente, geralmente cabia aos professores assumir toda a disciplina, ou seja, preparar e ministrar em curto espaço de tempo os cursos de economia política geral ou teórica, economia política prática ou especial e ciência das finanças. Naturalmente, ninguém esperava que os professores oferecessem com frequência coisas novas em seus cursos. É sabido que diversos corifeus da disciplina ministraram durante anos quase *ipsis litteris* o mesmo curso. Também podemos supor que Weber, tendo preparado uma vez a matéria, simplesmente a repetisse. Em determinadas circunstâncias, os professores também podiam delegar alguns desses cursos “grandes” para outros docentes – caso houvesse outros. Max Weber agiu assim. Embora sua cátedra fosse denominada Economia Política e Ciência das Finanças, ele só ministrou cursos de ciência das finanças por duas vezes; ao contrário, sua economia política geral ou teórica – como já se disse anteriormente – foi oferecida seis vezes.

Max Weber utilizou para os seis cursos quatro títulos diferentes. Como os dois últimos, oferecidos em Heidelberg, e o “Esboço” de 1898 foram denominados por ele “Economia política geral (‘teórica’), os organizadores deram esse título a todo o volume correspondente na MWG. Max Weber denominou o seu primeiro curso em Freiburg “Economia política geral e teórica” e os seguintes “Economia política teórica” ou então somente “Economia política”. Nada sabemos de seguro sobre as razões dessa alternância. Até o momento só

se pode especular, também, sobre o porquê de Weber falar às vezes de uma economia política “geral e teórica”, mas ter escolhido a construção bastante peculiar “Economia política geral (‘teórica’)” – ainda mais com as aspas. Não sabemos tampouco se ele também fez distinções de conteúdos nos respectivos cursos, porque não conhecemos manuscritos relativos a eles – como se expôs anteriormente.

Os conceitos “geral” e “teórico” utilizados nas denominações dos cursos desafiavam leitores de hoje a supor aí problemas mais profundos, suposição que não pretendo negar. O que Weber entende por “teórico”, por exemplo? Quando se atenta para o fato de que o segundo dos três “grandes” cursos na maioria das vezes chamou-se economia política especial ou economia política prática, então se percebe que se trata aí, em primeiro lugar, somente da designação expressa de uma bipartição da matéria da economia política. Para a formação dos futuros servidores do Estado, o segundo curso era particularmente importante, pois nele eram tratados problemas (especiais) em setores específicos da economia e de seu encaminhamento político: política agrária, política industrial, política social, política comercial e política de transporte. Aí também se transmitia muito conhecimento empírico – justamente a “prática”. O “geral” do primeiro curso referia-se, portanto, ao “especial” do segundo; correspondiam, assim, a “teórico” e “prático”. Na Alemanha, ainda hoje é usual contrapor “teórico” e “prático”, por exemplo, na prova de habilitação para a condução de veículos. Há a prova “prática” no volante do veículo e há a “prova teórica”, em que o candidato precisa responder perguntas por escrito ou de forma oral. Naturalmente, nesse caso não se pode falar seriamente de “teorias”. Por conseguinte, um curso anunciado como economia política teórica não abordava de modo algum o que hoje denominamos somente *economic theory*. Veremos que também Weber, em seus cursos sobre economia política geral (‘teórica’), dedica bem menos que a metade do tempo a considerações que hoje designaríamos “teóricas”. Em todo caso, não se pode tirar dessa circunstância a conclusão de que Weber não houvesse feito jus ao que se anunciara no título do curso.

A barafunda de doutrinas da economia política no final do século XIX

Quando Max Weber foi chamado a assumir a cátedra de Economia Política e Ciência das Finanças na Universidade de Freiburg, em 1894, ele era professor de direito comercial e direito alemão na Universidade de Berlim. Embora houvesse participado, durante sua formação de jurista, de

um curso de economia política ministrado por Karl Knies, Weber era – no início de sua atividade como docente – “em nove décimos da área em que devo atuar [...], um principiante”, segundo ele mesmo escreve em carta a seu famoso colega berlinense Adolf Wagner. De certa maneira, segundo relata sua esposa Marianne Weber, tendo a si mesmo como professor, Max Weber participa pela primeira vez desses grandes cursos (cf. Weber, 1926, p. 213). Sem dúvida, Weber dispunha de formação geral em questões econômicas, mas ele precisou assimilar em curto espaço de tempo uma matéria gigantesca e assumir um ponto de vista próprio em face das muitas questões polêmicas nessa área. Ainda em 1896, em carta a Lujo Brentano, Max Weber pede desculpas por não haver sido capaz de corresponder ao que prometera, sob o argumento de “que somente começo, de certo modo, a estar a altura da posição que assumi aqui”<sup>3</sup>.

3. Carta de Max Weber a Lujo Brentano de 11 de março de 1896. Bundesarchiv Koblenz, Nachlass Lujo Brentano, Nr. 67, Bl. 175-176.

Aqui não é lugar para esboçar um quadro da situação e dos conflitos entre as diversas linhas da economia política do final de século XIX. Ainda havia professores que, por assim dizer, administravam o legado da economia política clássica, mas eles se encontravam em baixa. A reorientação conceitual – bastante radical – da disciplina nos anos de 1870, que se iniciou a um só tempo na Áustria, na Inglaterra e na Suíça, com base nos trabalhos fundadores de Carl Menger, William Stanley Jevons e Léon Walras, ainda não havia tomado pé na Alemanha. Para os economistas políticos mais jovens, porém, a concepção de utilidade marginal e o axioma de uma nova teoria microeconômica (sobretudo com a perspectiva matematicamente fundada de um equilíbrio geral) representou um desafio. Os cursos de Max Weber dão testemunho disso, embora ele tenha percorrido apenas um pequeno trecho da trilha aberta por teóricos na Áustria, na Inglaterra e na América. Na Alemanha, logo após a publicação de *O capital*, diferentemente do que ocorreu na Inglaterra e na França, Karl Marx foi levado a sério não apenas como agitador político, mas também como cientista, a ponto de economistas de grande prestígio ocuparem-se criticamente com o que então se denominava “socialismo científico”, além de o comentarem em seus cursos.

É certo que, nas exposições atuais da história da economia política na Alemanha, quando se considera o final do século XIX, outra coisa fica em primeiro plano, a saber, a assim chamada “controvérsia metodológica” [*Methodenstreit*]. Ela foi desencadeada pela crítica aguda do economista político austríaco Carl Menger à predominância, percebida por ele e por outros, da assim chamada “Escola histórica” nas cátedras alemãs (cf. Menger, 1883, 1884). Esse autor lamentava que na Alemanha, a seu ver, o método

dedutivo e teorias abstratas praticamente não fossem ensinados e, menos ainda, aprimorados em seu desenvolvimento por representantes versados na matéria. Por um curto período de tempo, houve discussões acirradas sobre isso. Mais tarde, tornou-se usual na história da teoria econômica declarar Menger o vencedor do embate com Gustav Schmoller, o “cabeça” da geração mais jovem da Escola histórica. Isso, porém, sobretudo porque a economia política (*economics*) desenvolveu-se no século XX na direção esboçada por Menger, a saber: uma teoria abstrata construída sobre poucos axiomas, o que mais tarde se denominará *mainstream* neoclássico. Com isso deixa-se muitas vezes de perceber que a Escola histórica (alemã), fundada por Wilhelm Roscher, Bruno Hildebrand e Karl Knies, tinha, por sua vez, um programa revolucionário. *Na “controvérsia metodológica” não se tratava, no fundo, de diferentes métodos, mas sim de programas de pesquisa totalmente diversos.* Isso precisa ser explicado brevemente para que se possa compreender o modo como Max Weber praticou a economia política em Freiburg e Heidelberg. Se no pensamento de Adam Smith não havia ainda se constituído um estilo de pensamento baseado em suposições comportamentais utilitaristas, não se pode dizer o mesmo sobre David Ricardo e seus seguidores, cujas obras pareciam mover-se na direção de leis, no domínio da economia, sempre válidas. Essas teorias eram propositalmente “abstratas”, ou seja, não refletiam de modo algum a realidade em sua pluralidade e mudança constante. Por seu turno, os fundadores da Escola histórica incomodavam-se com o fato de que a empiria não devesse ter qualquer importância. A suposição de que todos os indivíduos se comportam de modo egoísta contrariava claramente as evidências. Nesse ínterim, porém, as ciências naturais já haviam avançado bastante no que dizia respeito às pretensões de validade de suas teorias. Só poderiam ser consideradas verdadeiras teorias que resistissem a um exame empírico. Nas ciências naturais, os experimentos ofereciam a possibilidade de examinar as asserções teóricas. Isso naturalmente não era possível com relação aos problemas da economia social. Mas a empiria era possível ao se estudar, respectivamente, a história dos fenômenos, das instituições e das relações sociais, especialmente em sua configuração quantitativa, a estatística. Para Roscher, Hildebrand e Knies, porém, a observação histórica não era uma espécie de truque para, em face das exigências metodológicas, aproximar a economia social das ciências naturais. O recurso à observação histórica dizia respeito ao objeto do conhecimento: esperavam com esse auxílio desvendar os segredos do desenvolvimento econômico. O mundo encontrava-se em rápida transformação; na Alemanha, vivia-se justamente a revolução indus-

trial. Quanto a isso, a teoria clássica parecia não ter praticamente nada a dizer. Era uma teoria estática. Por outro lado, a história (econômica), por meio da comparação no espaço e no tempo, parecia oferecer a possibilidade de descobrir regularidades, e até mesmo leis, do desenvolvimento.

Os resultados do trabalho realizado ao longo de décadas pelos representantes dessa vertente ficou muito aquém dos objetivos firmados por seu programa. Quanto a isso parece haver consenso. Os pesquisadores pareceram satisfazer-se cada vez mais com o levantamento de fatos, tão abrangente quanto possível, mas pouco se dedicaram ao trabalho de formulação de explicações. Como, porém, o caminho apontado pelos teóricos da utilidade marginal, como Carl Menger, também não parecia contribuir para o esclarecimento das principais questões *práticas*, ainda irresolvidas ao final do século XIX, não houve inicialmente na Alemanha grande disposição de envolvimento sério com esse tipo de teoria. É provável que ainda se quisesse chegar a noções convincentes sobre os processos decisórios por indivíduos que agem de maneira rigorosamente racional e sobre sua ação conjunta em sociedades ideais, mas isso tinha um preço: a nova teoria “abstrata”, que acabava desembocando no neoclassicismo, só era exitosa na medida em que restringia radicalmente seu horizonte de questões. Ela era uma teoria modelar da economia de troca individualista em busca de soluções de equilíbrio; a precisão (matemática) dessa teoria era obtida a partir do fundamento de sua axiomática. A “teoria abstrata” não se ocupava das grandes questões dos representantes da Escola histórica. Nada tinha a dizer com relação às instituições econômicas. O enraizamento da economia em diversas situações da sociedade, a ordem jurídica, os problemas populacionais e a religião desempenhavam um papel no, por assim dizer, “emaranhado de dados”, isto é, na variedade daquilo que o teórico precisava levar em consideração como um contexto dado e iniludível. Para o teórico da teoria da utilidade marginal, o desenvolvimento sequer constituía um tema. Portanto, o que se travou naquela época não foi, no fundo, uma “controvérsia metodológica”, mas sim uma controvérsia sobre programas de pesquisa. Como Max Weber se posicionou? A estruturação de seus cursos, que explanaremos a seguir, oferece-nos uma resposta.

#### Visão geral da matéria dos cursos de Max Weber

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que cursos e manuais didáticos são completamente diferentes de obras monográficas, em que autores publicam novos conhecimentos e os defendem. Um curso sobre economia política

geral ou teórica precisava cumprir tarefas didáticas específicas. A primeira delas era introduzir estudantes sem formação alguma na ciência da economia. Inicialmente, desenvolver os conceitos básicos vigentes na disciplina. A seguir, apresentar as principais doutrinas, em geral, na sequência de produção, circulação, distribuição e consumo. Ninguém esperava uma teoria acabada. Antes, deveriam ser apresentadas teorias correntes à época, em nexos sistemáticos e históricos, se possível ligadas à exposição de controvérsias. Contudo, não se podia tratar apenas de “teorias”, pois os ouvintes desse primeiro curso precisavam também se confrontar com fatos econômicos em sua variedade, e, para isso, era necessário introduzir aí uma ordem. Aliás era uma das tarefas centrais desses cursos estabelecê-la também no que dizia respeito aos conceitos. Uma consulta aos livros didáticos correntes naquela época, assim como a anotações que chegaram até nossos dias (feitas por alunos durante as aulas ou em momento posterior) indicam que os cursos de economia política geral/teórica também continham partes extensas nas quais se descreviam instituições e outros assuntos econômicos sem qualquer pretensão teórica. Já à primeira vista se percebe que os cursos de Max Weber correspondiam fundamentalmente a esse catálogo diversificado de exigências, embora com ênfases tipicamente weberianas em diversos aspectos.

Como já se mencionou anteriormente, ao assumir seu posto, Max Weber jamais havia ministrado cursos de economia política geral ou teórica. Não sabemos como ele se preparou para o semestre de inverno de 1894-1895, quando teve que ministrá-los pela primeira vez. Ele precisou se decidir muito rapidamente por uma estruturação e então coligir a matéria para cada um dos itens. Naturalmente, ele tinha à disposição um número considerável de livros didáticos e grandes enciclopédias para poder se informar. Mas é insano especular sobre suas primeiras fontes, pois não temos conhecimento sobre os cursos que ministrou na fase inicial. Ele provavelmente recorreu à bibliografia monográfica somente nos semestres seguintes. Assim, é preciso deixar em aberto a pergunta sobre o momento em que Weber fixou a estrutura que se depreende tanto da estrutura de suas anotações, como do “Esboço”, que serviram de referência para o organizador do volume. Em seguida, relatar-se-á essa estrutura.

Trata-se de uma estruturação extremamente original. Não se encontra um quadro como este em nenhum dos livros didáticos de economia política da época, nem em anotações de aula de qualquer economista político alemão. Em relação a algumas subdivisões dos temas, é certo que há coincidências claras com a *Allgemeine Volkswirtschaftslehre* [Economia política geral] de

\* A data entre colchetes refere-se à edição original da obra. Ela é indicada na primeira vez que a obra é citada. Nas demais, indica-se somente a edição utilizada pelo autor. [N. E.]

4. Uma sinopse da estruturação do livro de von Philippovich e dos cursos de Weber está disponível em MWG III/1, pp. 69-79.

Eugen von Philippovich ([1893]\* 1897)<sup>4</sup>. Mas também nesse caso a distribuição dos pesos dentre os diferentes temas de maior importância para uma economia política de caráter teórico era completamente diversa.

Como assunto do curso, são hoje conhecidos os materiais destinados aos cinco “livros” a seguir:

1. Fundamentos conceituais da economia política
2. Fundamentos naturais da economia política
3. Fundamentos históricos da economia política
4. Estágios de desenvolvimento da teoria da economia política
5. Análise teórica da moderna economia de circulação

Os livros são subdivididos em parágrafos; ao todo, são 19, com numeração corrente.

Em uma breve Introdução prévia (§1) Max Weber discute o que se entende por economia política geral e, especialmente, por “economia política teórica”. Tal como se explicou anteriormente, também ele, em face do teor conceitual de “teórico”, apenas remete à delimitação almejada diante da “economia política prática”, sem aprofundar-se nas inúmeras noções relacionadas ao conceito de teoria.

O Livro I tem por título “Fundamentos conceituais da economia política”. Deste dispomos não somente de muitas anotações de Weber, mas também do já mencionado manuscrito, impresso como *handout* para os estudantes provavelmente em 1898, com o título “Livro Primeiro. Os fundamentos conceituais da economia política”. Aqui se desenvolve de forma muito concisa e fabulosamente precisa não só o aparato conceitual, mas, ao mesmo tempo, o fundamento metodológico para tudo o que segue. O Livro I é dividido em dois parágrafos. §1 “A economia e seus fenômenos elementares” e §2 “A economia política e seus fenômenos elementares”. É importante atentar para a pequena diferença nos títulos: primeiro “a economia” e a seguir a “economia política”. Aqui, “economia” é a construção de uma economia simples, despida de todas as formas reais de manifestação, com base na qual se abordam os problemas fundamentais da atividade econômica. Em seu centro está esboçado, de modo intencional e extremamente irrealista, um sujeito econômico como maximizador de utilidade. Weber não podia denominá-lo assim, pois o conceito ainda não havia sido inventado, mas o que se tinha mente era o *homo oeconomicus*, a suposição fundamental das novas teorias econômicas de sua época. Sob evocação expressa do caráter

intencionalmente abstrato da teoria, Weber desenvolve não apenas conceitos, mas também, e de forma impressionantemente precisa, os fundamentos primeiros da teoria da utilidade marginal. A “economia política”, por sua vez, cujas manifestações elementares e conceitos básicos são abordadas por Weber no §3, é caracterizada expressamente como *uma concepção histórica*. Os fenômenos que lhe dizem respeito são acessíveis, portanto, a outro tipo de teoria, a “teoria realista” e/ou a “análise histórica e realista” (cf. MWG III/1, pp. 146, 153 ss.).

O Livro II tem como título “As condições naturais da economia política”. Somente o primeiro parágrafo (§3), que tem o mesmo título do livro, aborda claramente as “condições naturais” da atividade econômica, a saber: condições climáticas e geográficas. Mas no §4 Weber aborda, como se também fossem “condições naturais”, fatos elementares da estrutura populacional (proporções de gênero, divisão etária e número de filhos, bem como o crescimento populacional, inclusive a teoria de Malthus) – o que se lê também em Philippovich. A seguir, o §5, “Fundamentos biológicos e antropológicos da sociedade”, trata de raças e tipos como fenômenos hereditários, assim como da seleção natural entre os seres humanos. Em um anexo, Weber se confronta com o conceito de lei na economia política. É surpreendente a localização do §6 no Livro II do curso, pois Weber trata aqui de perguntas que pouco têm a ver com as condições naturais, mas sim antecipam o futuro sociólogo: “Relação da economia com outros fenômenos culturais, em especial o direito e o estado”. Concretamente, discute-se, sobretudo, a concepção materialista da história representada por Karl Marx. Em um anexo, Weber questiona o conceito de “sociedade” e lança um olhar crítico sobre a “ciência da sociedade” ou “sociologia” de seu tempo. Em sua opinião, aquilo que contemporâneos seus como Albert Schäffle e Georg Simmel assim denominavam não era ainda ciência. “Uma nova ciência surge quando novas verdades são descobertas; depois, a exigência de ampliação de novos métodos” (cf. MWG III/1, p. 370).

O Livro III é um milagre e um enigma. Consideradas as folhas impressas no volume 1 da seção III de MWG, ele é o mais extenso – quase 40% das páginas impressas. Em cinco parágrafos, são abordados “Os fundamentos históricos da economia política”. Aqui Max Weber desenvolve a matéria de uma história econômica e social universal, tal como a abordará uma vez mais em seu último curso de 1919-1920 – obviamente com mudanças características na sistemática, na problematização e nos conceitos (cf. MWG III/6). Não havia até então livro didático de economia política geral/

teórica em que a história econômica tivesse recebido, ainda que aproximadamente, um tratamento próprio e tão detalhado, nem mesmo em Gustav Schmoller, líder da Escola histórica. No livro didático de Philippovich anteriormente mencionado, só há 15 páginas destinadas aos estágios de desenvolvimento da economia política. Só é possível especular sobre as razões que levaram Weber a distribuir os pesos de maneira tão diversa. Possivelmente, uma razão muito banal desempenhou aqui seu papel: Weber entendia dessa matéria, já que não só era autor de trabalhos especializados sobre a história das sociedades comerciais (cf. MWG I/1) e a história agrária romana (cf. MWG I/2), assim como de seu tempo como docente da história do direito na Universidade de Berlim. Era mesmo de se esperar que no início de sua atividade docente em Freiburg ele recorresse a esses conhecimentos, quando ainda se debatia por encontrar a matéria para um curso de cinco horas. Contudo, as proporções poderiam ter sido corrigidas ao longo dos seis cursos, ministrados sucessivamente. É decerto significativo que isso não tenha ocorrido. Para o Max Weber daqueles anos, a investigação dos fundamentos históricos da economia moderna talvez fosse uma parte mais essencial (no que diz respeito à concepção) de uma abrangente economia política geral, material necessário para uma teoria realista da economia política.

Aqui não há espaço para aprofundar os parágrafos singulares. Com exceção do §11, sobre o qual há muito a dizer, só podemos elencar os títulos dos outros. O conhecedor de Weber perceberá de imediato os temas de interesse futuro de Weber:

- §7 Os estágios prévios típicos da economia política
- §8 O desenvolvimento econômico na Antiguidade romana
- §9 Os fundamentos agrários da cultura interior europeia
- §10 A economia citadina e a origem das formas de empresa na economia monetária
- §11 A origem da economia política

O §11, especialmente a parte 5 (“Dominação da liberdade econômica”) e a parte 6 (“Economia mundial incipiente e as sementes da involução”), oferece de forma muito compacta análises acuradas da economia capitalista liberta de todas as antigas regulações na segunda metade do século XIX. O leitor de hoje poderia ter a impressão de que Weber, na parte 5, descreve a globalização de nossos dias. Eis um trecho:

1. Fortalecimento da posição do empresário/escapar da regulamentação da circulação.
2. Início da divisão da produção econômica mundial – Com isso, não regular mais em nível nacional. Mobilidade da posse em virtude da forma monetária.
3. Invenções técnicas – Base-de-custos dos preços flutuante. Com isso, revolução crônica dos preços / pôs de lado a tradição. Fluidez das bases técnicas e de circulação do suprimento de demandas humanas: com isso, impossibilidade da regulação da circulação e da produção. Autonomia da economia e da propriedade. Impossibilidade da organização e regulação. Aventureiros privados. Máximo da inteligência por meio de gigantescos lucros e oportunidades de perdas (MWG III/1, pp. 518 ss.)<sup>5</sup>.

Contudo, na parte 6, Weber vê também os sinais dos tempos já perceptíveis: o esperável retorno à regulação (protecionismo, entre outros), a crescente monopolização, novamente o crescente suprimento público da demanda, o “esfacelamento da dominação exclusiva da propriedade privada” (também sob indicação do fortalecimento dos trabalhadores organizados) (cf. MWG III/1, pp. 528-536). Nesse parágrafo – diferentemente do que ocorrerá em 1919-1920, em seu curso tardio – Weber conduziu a história até próximo do limiar da atualidade.

Exceto sob a forma de esboços breves, também não era óbvio, na época, que o conteúdo do Livro IV, “Os estágios de desenvolvimento da teoria da economia política”, fizesse parte de um curso ou um livro didático de economia política geral. Sobre isso, via de regra, ofereciam-se cursos especiais. Max Weber também ministrou um curso assim, no semestre de verão de 1896 em Freiburg<sup>6</sup>. Mas no “Esboço” de 1898 (que provavelmente continha o programa considerado desejável por Weber, na época, bem como a respectiva bibliografia), ele dedicou um livro próprio, com quatro parágrafos, ao tratamento abrangente dos estágios de desenvolvimento da teoria da economia política, cujas anotações de curso chegaram até nós. Novamente, só podemos listar os títulos desses parágrafos, de modo que o leitor possa ter ao menos uma primeira impressão:

- §12 A teoria até o desenvolvimento pleno da economia política
- §13 A teoria econômica da assim chamada economia política clássica
- §14 A teoria do socialismo científico
- §15 As correntes contemporâneas na economia política alemã

Para o leitor de hoje é menos compreensível o peso que se dava ao socialismo científico. Mas para os economistas políticos alemães isso era, por volta

5. Para tornar o texto mais facilmente legível e também economizar espaço, a formatação do texto foi modificada e se deixou de lado os frequentes sublinhados de Weber, de teor retórico.

6. As anotações referentes ao curso “História da economia política”, ministrado no semestre de verão de 1896, encontram-se editadas em MWG III/1, pp. 676-702. Não me dedicarei mais detalhadamente a elas.

de 1900, quase uma obviedade. No caso de Weber, ocupa um lugar central o embate com Marx, em especial com sua teoria materialista da história. Das anotações sobre o §15, provavelmente as mais interessantes para nós hoje, conservou-se infelizmente muito pouco. Mas aqui, como em relação a muitas outras partes, não se pode tirar a conclusão de que Weber tenha tratado a matéria de maneira muito breve em seus cursos. Justamente para essas questões ele não precisava decerto de muita preparação. De acordo com uma estruturação anteposta, deveriam ser tratados: 1) A Escola histórica “velha”; 2) O socialismo de Estado e o socialismo de cátedra; 3) A escola austríaca; 4) A Escola histórica “jovem”. Sobre o item 3, só há, lamentavelmente, um único título, sem maiores explicações. Sobre o item 4, ele anotou expressamente: “Desagradável, vivisseção de intelectuais vivos” (MWG III/1, p. 570). Weber, na crítica que exerce, acompanha de maneira geral os argumentos que Carl Menger (1983, 1984) expôs, mas indica: “principal restrição: juízos de valor instintivos e incontrolados”.

No Livro V Max Weber chega à “Análise teórica da moderna economia de circulação”. Na língua alemã, o conceito “economia de circulação” é polissêmico. Na vida prática, ele diz respeito aos meios de transporte e à organização do sistema de transportes. Já na linguagem dos economistas políticos, a expressão “economia de circulação” é utilizada como sinônimo de “economia de trocas” ou “economia de mercado”. Max Weber designa “economia de circulação” por oposição à “economia organizada” (MWG III/1, pp. 274-326 ss.). Com isso, nesse livro, tem-se em mente o tipo de ordenação da economia social que ocupa o centro da análise teórica desde os clássicos. Em Weber, no entanto, não se trata apenas de análise teórica; suas considerações também têm um forte componente descritivo, referido às relações institucionais. Em face da disposição no interior do livro, Weber segue o que era, desde os clássicos, padrão na disciplina, a saber: a tripartição em 1) produção, 2) circulação e 3) distribuição.

Para o §16, “A produção e seus problemas teóricos”, há duas sequências de texto diferentes. Em ambas estão em primeiro plano (agrupadas diversamente) exposições sobre a organização da produção e trabalho, terra e capital como fatores de produção, assim como sobre a concorrência como um princípio regulador da produção. Cabe atentar para o fato de que não se tematiza o problema da combinação dos fatores de produção em vista da renda, e que também não se menciona, portanto, a lei do rendimento, um fundamento já da teoria ricardiana. Tampouco se traz à baila a teoria austríaca da maior produtividade dos redirecionamentos produtivos, não

obstante as publicações de Menger, Böhm-Bawerk e Wieser serem citadas no respectivo parágrafo do “Esboço” (cf. MWG III/1, p. 110). Por outro lado, são amplamente tratadas as formas da empresa na indústria e na agricultura, assim como as vantagens e desvantagens dos diversos tamanhos de empresa. Contudo, é preciso considerar que Weber, no *handout* impresso intitulado “Livro primeiro [...]”, na parte “A economia e seus fenômenos elementares”, ofereceu uma exposição acurada e precisa sobre o tema “A produção na economia política” (MWG III/1, pp. 146 ss.).

No que diz respeito ao campo temático “circulação”, Max Weber trata brevemente no §17, intitulado “A circulação”, da morfologia dos mercados, mas, principalmente, do “meio de circulação” dinheiro, do crédito e da moeda. Tipos de dinheiro, funções do dinheiro, valor do dinheiro, fundamentos da determinação e consequências das oscilações na relação de valor de moedas e as múltiplas formas do crédito e suas funções são apresentados de maneira relativamente extensa. Nas folhas dedicadas ao §17, onde se esperaria ver tratados os problemas da formação de preços, há apenas uns poucos comentários sobre o assunto (cf. MWG III/1, pp. 606 ss.). Questões relacionadas com a formação de preços já haviam sido comentadas antes, de maneira mais extensa e interessante, em suas anotações para o §2 do curso (cf. MWG III/1, pp. 289 ss.) e no “Livro Primeiro” (cf. MWG III/1, pp. 137 ss.).

No esboço do curso de 1898, no título do parágrafo que trata da distribuição da renda, anuncia-se o tratamento não só da distribuição, mas também do consumo. E podemos deduzir da disposição quatro itens previstos por Weber: 1) propriedade e ordem jurídica, 2) renda, 3) consumo de bens e 4) assecuração. Nas notas hoje conhecidas, porém, o §18 tem como título “A distribuição e seus problemas teóricos”. Nas anotações de Weber, sobre isso só se encontram considerações sobre o conceito de renda em geral e sobre as típicas categorias de renda (ganho do empresário, renda da terra, juros do capital, salário/renda do trabalhador) e, por fim, sobre a relação entre os tipos de renda entre si. Em meio a referências à literatura que cita, Weber caracteriza os diversos tipos de renda e discute as teorias de sua origem e de suas funções. Quanto aos juros do capital, Weber menciona expressamente a teoria do ágio de Böhm-Bawerk, discutida com vigor na época. Também cita as então recentes teses de Lujo Brentano sobre o sentido econômico de salários mais altos, precursoras das modernas hipóteses sobre eficiência salarial.

Na edição do curso, os três objetos usuais da “análise teórica da moderna economia de circulação” são seguidos ainda por um parágrafo a mais. Contudo, não há base segura para discutir sua forma. Max Weber deu-lhe

no “Esboço” o seguinte título: “Princípios reguladores e formas de organização do suprimento da demanda por meio da circulação e da empresa, em sua função e em suas tendências de desenvolvimento”. O parágrafo deveria conter quatro partes: 1) razões gerais e significado da existência da liberdade econômica, 2) formas modernas de organização do suprimento da demanda por meio da empresa, 3) crises e desemprego e 4) tendências de desenvolvimento na organização da economia política. Com efeito, um programa amplo e do maior interesse. Infelizmente, só restaram umas poucas folhas com anotações, e há boas razões para supor que elas possam ter pertencido a esse parágrafo. Para o título do §19, que não se conservou, o organizador serviu-se de um título do próprio Weber, presente em outra folha, mas que soa bem no contexto: “Formações continuadas e reformulações do suprimento da demanda por meio da empresa”. A maior parte do texto reunido nesse parágrafo trata, contudo, da história das teorias da crise e, na sequência, de uma compilação sistemática de razões para as crises. Infelizmente – ao contrário do que se anuncia na divisão em itens, no “Esboço” – não se registra nada sobre o desemprego.

Para o Livro VI, anunciado no “Esboço” de 1898, com o título “Origem e análise dos ideais econômicos e sociais”, não há anotação de tipo algum no legado das notas que Weber fez para o curso. Eugen von Philippovich havia concluído seu livro didático de economia política geral com considerações sobre as “tendências das ideias em economia política” e apresentou aí um relato abrangente sobre o individualismo, o socialismo e a reforma social. Fica a cargo da especulação supor o que Weber, incitado por Philippovich, queria ou poderia ter dito aqui.

Um novo desafio para a pesquisa weberiana

Onde reside o valor científico dessa edição? Seguramente, esses textos não seriam, por si mesmos, importantes para a história da ciência da economia política alemã – não fossem eles da autoria de Max Weber. Quem queira informar-se sobre o estado da pesquisa na época e sobre a prática do ensino na Alemanha no final do século XIX pode recorrer a numerosos livros didáticos resultantes de cursos, a anotações de aulas e obras coligidas já publicadas. Mesmo que Weber tenha ministrado esses cursos seis vezes em quatro anos, percebe-se através das anotações que ele ainda não havia podido elaborar todas as partes com igual intensidade. Isso vale em especial para o Livro V, “Análise teórica da moderna economia de circulação”. Revelam-se aqui

inseguranças várias na concepção e lacunas consideráveis – em comparação com o que outros autores alemães da época haviam desenvolvido sobre a teoria da produção, circulação e distribuição. Não encontramos nenhum *insight* original que tenha deixado posteriormente marcas no *mainstream* da teoria econômica. Mas nisso Weber não se distingue da maioria de seus colegas. Na época, não era preciso ser um teórico para ser considerado um economista político importante.

No que diz respeito à posição do próprio Weber, cabe registrar que em suas anotações refletem-se – e de maneira mais nítida do que em outros autores no final do século XIX – não apenas o compromisso a que se chegou em sua época na “controvérsia metodológica”, mas também um passo inovador em direção à sua solução. Em termos fácticos, chegou-se na época ao consenso de que tanto a indução como a dedução, tanto a teoria “abstrata” como o “método histórico” eram justificados. O livro didático de Eugen von Philippovich, reiteradamente mencionado, *Economia política geral*, foi o primeiro na Alemanha a fazer expressamente jus a isso. Em suas partes teóricas, o autor segue amplamente as novas doutrinas austríacas, mas acentua declaradamente, na segunda edição do livro sua intenção de, a partir dali, “deixar manifestar-se mais fortemente a concepção realista dos problemas econômicos, ao lado da teórica” (Philippovich, 1897, p. v). No que diz respeito à exposição dos elementos essenciais da teoria da utilidade marginal e dos problemas básicos do “método abstrato”, Max Weber é, em seus cursos, surpreendentemente muito mais preciso do que Philippovich. Nos §§1 e 2 de seus cursos e de maneira sem igual em outros livros didáticos daquela época, Weber também procura transmitir o *design* instrumental da teoria de Carl Menger e Friedrich von Wieser, inclusive com a utilização de métodos gráficos. Um ponto alto é sua exposição dos pressupostos e da essência da teoria abstrata da economia no “Livro Primeiro. Os fundamentos conceituais da economia política”. Ele designa decididamente o sujeito econômico específico dessa teoria, que hoje denominamos *homo oeconomicus*, como um “sujeito econômico construído” e destaca seus traços qualitativos como “ficcional”, entre eles a onisciência – inacreditável de antemão – em face da situação econômica. E apesar de seu distanciamento da realidade – e justamente *por causa* dele –, Weber não descarta esse modo de pensar, mas o utiliza adiante “de maneira análoga a uma figura ideal matemática” (MWG III/1, p. 123). Talvez não seja exagero afirmar que Max Weber, já em seus cursos (portanto antes mesmo de seu colapso psicofísico em 1899), havia encontrado a posição metodológica

7. Cabe aqui pensar especialmente em Weber (1904). O volume MWG I/7, ainda se encontra em elaboração.

que se desenvolveu de maneira tão impressionante, a partir de 1903, na conhecida série de trabalhos sobre a teoria da ciência<sup>7</sup>. E até o fim de sua vida ele sustentou que não se poderia atribuir teor psicológico-empírico aos axiomas da teoria da utilidade marginal, reiteradamente citados por ele de maneira positiva.

Se, por um lado, Weber se envolveu com os axiomas da teoria abstrata de maneira mais decidida que Philippovich, por outro lado, em seus cursos, ele se revela mais convicto que Philippovich como pertencente à Escola histórica – como historiador, afinal. Isso já poderia ser auferido do sumário de conteúdos apresentado anteriormente e se evidencia decerto ainda mais quando Weber atribui a verdadeira explicação de fenômenos da economia política à “análise realista e histórica”. Um exemplo: “O tipo de formação da renda é historicamente cambiante e sua discussão cabe, portanto, à teoria realista” (MWG III/1, p. 153). Mas a época de valorização da Escola histórica já havia ficado para trás. A história econômica, que no Livro III dos cursos de Weber ainda desempenhou um papel tão importante, emigrou da economia política já por volta de 1900. Ela se tornou uma disciplina própria. Já na designação da cátedra de Lujo Brentano, a quem Weber sucedeu em 1919 em Munique, a *história econômica* surgia como área de ensino própria, *ao lado* da economia política e da ciência das finanças. E assim permaneceu quando Max Weber assumiu a cátedra, com a notável enumeração das áreas de ensino: ciência social, história econômica e economia política. O “Abriss der universalen Sozial- und Wirtschaftsgeschichte” [Compêndio de história universal social e econômica] (cf. MWG III/6) foi seu último curso ministrado integralmente. A edição dos cursos de economia política geral (teórica) também torna possível, ao se comparar a sistemática entre o Livro III dos cursos e o “Compêndio”, que se estude e se conheça com mais acuidade o desenvolvimento da formulação de questões especificamente históricas e de seus conteúdos por Weber.

Os cursos de Weber editados no volume 1 da seção III da MWG e as anotações, ainda não editadas, dos cursos “Economia política prática” (que se planeja publicar no volume 2 da seção III) e “Ciência das Finanças” (que se planeja publicar no volume 3 da seção III) também oferecem respostas à pergunta sobre como Weber se sentiu legitimamente em condições de aceitar a tarefa de assumir a nova edição do “Handbuch der politischen Ökonomie” [Manual de economia política], que o editor Paul Siebeck lhe conferiu em 1908, da qual deveria nascer, mais tarde, o planejamento e a coordenação do megaprojeto de um “Grundriss der Sozialökonomik” [Compêndio de

economia social]. Os textos revelam que Weber, ao preparar seus cursos, tinha adquirido um grande conhecimento da matéria, das problematizações, dos métodos e também de possíveis colaboradores para a realização de tal obra. Poderia ser bastante estimulante investigar em que medida as ideias de Weber para a configuração do “Compêndio de economia social” remontam a experiências precoces no trato com problemas da disciplina.

De modo geral, após a edição do volume 1 da seção III de MWG cabe continuar relativizando a ideia (antes bastante difundida) de que, superada a doença, teria passado a existir uma espécie de novo Weber. Diversas linhas de continuidade manifestam-se de maneira muito nítida. Evidentemente, não posso aqui avançar nesse ponto. Contudo, para finalizar, indico a seguir alguns aspectos.

Em seus escritos e discursos, é notória a veemência com que Max Weber se manifesta contra o uso de conceitos coletivos indiferenciados (cf. Weber, 1904). Tanto mais interessante que já se encontrem, em suas notas para os cursos, observações muito críticas a conceitos como “capital produtivo da economia do povo” (MWG III/1, p. 149), “bem nacional”, “renda nacional”, “renda do povo” (MWG III/1, pp. 152, 577, 640). A última asserção na última página das notas para os cursos afirma: “Não há a humanidade” (MWG III/1, p. 664)<sup>8</sup>.

Em Viena, nas discussões do Verein für Sozialpolitik [Associação para a Política Social], Max Weber afirmou ser o conceito de “produtividade” “um dos piores que há” (Weber, 1988, p. 416). Também para isso encontramos uma pré-história nos cursos, onde “produtividade” é caracterizada como mera palavra de ordem; não seria um conceito utilizável cientificamente (cf. Weber, 1988, pp. 565, 576 ss.).

Como é do conhecimento de todo especialista em Weber, o “tipo ideal” como princípio metodológico desempenha um papel muito importante desde que foi desenvolvido no artigo sobre a objetividade (cf. Weber, 1904). Entre as surpresas reservadas para o trabalho de edição está a de que o conceito já aparece em anotações feitas para esse curso, em uma discussão do problema da observação científica em economia política. Cito todo o trecho:

Explicação dos fatos

a) causalmente, isto é i –

historicamente: questão sobre como eles *se tornam o que são*.

tentativa de investigar os *tipos*

morfologicamente: as forças realmente atuantes agora

8. O pano de fundo, aqui, é a convicção de Weber de que politicamente a conservação da “própria espécie” e o poder do próprio Estado sempre mereceram prioridade.

- b) logicamente: desenvolvimento de *tipos ideais* das forças motoras, com vistas a com eles operar e tornar conceitualmente visível (cf. MWG III/1, p. 278).

9. Justamente com vista a casos como este, o organizador decidiu por editar também todas as passagens, trechos de frases e palavras riscadas por Weber – em outro tipo de fonte no entanto.

Não obstante, a passagem toda foi riscada por Max Weber<sup>9</sup>. Não sabemos as razões, mas isso não altera a importância do trecho em si mesma, ante a gênese da concepção weberiana de tipo ideal.

### Resumo

*Os cursos de Max Weber: Economia política geral ou teórica (1894-1898)*

O artigo aborda os cursos de economia ministrados por Max Weber em Freiburg e Heidelberg, ao final do século XIX, e procura situar o autor no contexto de discussão da época. Com vistas a iluminar mais amplamente a posição de Weber, são levantados aspectos da economia nas universidades alemãs de então, assim como do entendimento acerca dos métodos, objeto e objetivos dessa disciplina. O texto abre perspectivas tanto para se pensar a posição de Weber em relação à “controvérsia metodológica” (*Methodenstreit*) entre Escola histórica e Escola austríaca, entre história econômica e teoria econômica, como para se avaliar a importância desses cursos para o pensamento de Weber em geral.

Palavras-chave: Max Weber; *Max Weber Gesamtausgabe*; Economia; Controvérsia metodológica; Escola histórica; Teoria da utilidade marginal; História econômica.

### Abstract

*The courses of Max Weber: General or theoretical political economy (1894-1898)*

The article examines the economics courses given by Max Weber in Freiburg and Heidelberg at the end of the nineteenth century and aims to situate the author within the context of the intellectual discussions of the time. Looking to shed more light on Weber's position, the text explores various aspects of how economics was taught in German universities at the time, as well as the discipline's understanding of methods, objects and objectives. In so doing, it provides new ways of thinking about Weber's position vis-à-vis the 'methodological controversy' (*Methodenstreit*) between the Historical and Austrian Schools, between economic history and economic theory, and of assessing the impact of these courses on Weber's thought in general.

Keywords: Max Weber; *Max Weber Gesamtausgabe*; Economics; Methodological controversy; Historical School; Marginal utility theory; Economic history.

Artigo recebido em 13/2/2012 e aprovado em 27/3/2012.

Knut Borchardt é professor de História da Economia e Teoria Econômica na Universidade Ludwig-Maximilian de Munique e membro da Academia de Ciências da Baviera, Alemanha. É também responsável pelo volume 1/5 da MWG. E-mail do organizador do Dossiê Leopoldo Waizbort: <waizbort@usp.br>.